

**LEI Nº 3.444, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

**Revogada pela Lei nº. 3.904/2024**

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DO  
SERVIÇO PÚBLICO DE GERENCIAMENTO E  
ADMINISTRAÇÃO DO TERMINAL  
RODOVIÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Concessão onerosa do serviço público de gerenciamento e administração do terminal rodoviário municipal, compreendendo a exploração dos serviços e a utilização do espaço físico edificado, seu terreno e área circundante, respeitando o fim a que se destina.~~

~~**§1º.** a concessão de que trata o caput deste artigo será obrigatoriamente precedida de licitação na modalidade de concorrência e contrato administrativo, constando, obrigatoriamente, o objeto, os requisitos e as condições da exploração do serviço público, à pessoa jurídica ou consórcio que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco.~~

~~**§2º.** As especificações técnicas e demais condições da concessão de que trata esta Lei, serão estabelecidas no Edital de Concorrência Pública, obedecendo ao disposto na Lei Federal 8.666/93 — Lei de Licitação e Contratos, Lei Federal 8.987/95, referente à Concessão e Permissão de serviços públicos, Lei Federal 12.379/2011 e Resoluções da ANTT. (Agência Nacional de Transporte terrestre).~~

~~**§3º.** A concessão, objeto da presente Lei, será fiscalizada permanentemente pelo Órgão Concedente, objetivando o pleno cumprimento das condições da prestação do serviço concedido.~~

~~**§4º.** O espaço físico localizado no terminal rodoviário e que serão objeto da presente concessão são os abaixo especificados:~~

- ~~a) 05 lojas;~~
- ~~b) 03 banheiros;~~
- ~~c) 02 guichês;~~
- ~~d) 02 depósitos; e~~
- ~~e) 01 saguão de 280,91 m<sup>2</sup>~~

~~**Art. 2º.** O prazo para a exploração do serviço público aqui concedido será de 10 (dez) anos, facultado a uma (01) renovação por igual período, de acordo com a vontade das partes.~~

~~**Parágrafo único.** Todas as benfeitorias implantadas passarão a integrar, isento de pagamento de qualquer indenização, a propriedade e patrimônio exclusivo do Município quando findo o prazo contratual.~~

~~**Art. 3º.** A exploração comercial nas dependências do terminal rodoviário e a política tarifária dos serviços eventualmente prestados no local, os direitos do usuário, a obrigação de manter serviço adequado estão garantidos nos termos do Art. 23 da Lei Orgânica do Município e do Art. 175 da Constituição da República e definidos no Edital de Concorrência e no posterior contrato de concessão.~~

~~**Art. 4º.** A concessão de uso do bem objeto desta licitação não impede o concedente de exercer seu poder de polícia no sentido de fiscalizar todas as atividades da concessionária, a fim de garantir a melhor prestação de serviços, dentro dos padrões mínimos de higiene, organização e eficiência que a atividade requer.~~

~~**Art. 5º.** Fica desde já estabelecido que após a homologação e consequente assinatura do contrato administrativo, serão automaticamente extintas as licenças municipais existentes que possuam relação com o funcionamento do terminal rodoviário.~~

~~**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 13 de setembro de 2017.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
**Prefeito Municipal**